

SOBRE O SIGNIFICADO LEXICAL

Zinda Vasconcellos (UERJ)
zinda@openlink.com.br

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas questões sobre o significado lexical que “colocam problema” para a compreensão da natureza do sentido na linguagem e algumas idéias da corrente teórica conhecida como *Linguística Cognitivista* que oferecem respostas possíveis para essas questões. Depois apresentará um resumo de uma análise prévia feita pela autora do verbo *passar*, e discutirá o que essa análise mostra sobre as questões em pauta.

Palavras-chave: Significado Lexical; Polissemia Lexical; Relação Linguagem /Realidade; Linguística Cognitivista

APRESENTAÇÃO DO ARTIGO

O presente artigo transcreve a palestra homônima proferida durante a VI Jornada Nacional de Filologia¹, que apresentou algumas questões recorrentes na história das visões teóricas a respeito do significado lingüístico, focalizando especialmente a do caráter arbitrário ou (parcialmente) motivado da relação da linguagem com as situações do mundo, ou seja, a da existência ou não de alguma base “fundacional” para a representação lingüística, tratando também do jogo dialético entre permanência e fluidez da significação das palavras, que se manifesta especialmente nas questões do porquê e como novos significados se criam, e de como é possível que os falantes entendam novos sentidos ainda não convencionalizados.

Também foram apresentados alguns conceitos da Linguística Cognitivista que sugerem respostas para essas questões, entre eles os de estruturas pré-conceituais (esquemas de imagem, categorias de nível básico e

¹ A referida palestra foi especialmente destinada a alunos de graduação, embora também apresentasse interesse para um público mais amplo. Isso explica algumas das características deste artigo, em especial o seu tom bastante coloquial.

transformações de esquemas de imagem), de categorias radiais e de princípios cognitivos de motivação.

Depois, apresentou-se um resumo de uma análise prévia feita pela autora do verbo *passar*, e se discutiu o que essa análise mostra sobre as questões em pauta, mostrando-se, por um lado, a justeza das idéias da Lingüística Cognitivista, mas também apontando para outros tipos de fatores que deveriam complementá-las. Em particular a palestra apontou para a importância do papel representado pelo conhecimento de mundo, o dito conhecimento “extralingüístico”, na constituição do significado lexical, e para a existência de um processo histórico de construção de significações que ocorre paulatinamente no intercurso social dentro de uma sociedade, o qual, ao invés de refletir um sistema conceitual prévio, cria na verdade o sistema conceitual, sempre ultrapassando o já conceituado e criando novos conceitos.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A NATUREZA DO SIGNIFICADO LEXICAL

O primeiro texto que uso quando leciono Lingüística 1 é um trecho do primeiro capítulo dos *Princípios de Lingüística Geral* de Mattoso Câmara em que, falando sobre a diferença da linguagem em relação a outros sistemas de comunicação, em especial os usados pelos animais, o autor atribui à linguagem a propriedade de ter “significação permanente”, o que, segundo ele, quer dizer uma significação “*idêntica a si mesmo, possível de repetir-se com a sua individualidade nítida em circunstâncias idênticas*” (CÂMARA JR., 1969). Dito assim, pareceria que cada enunciado lingüístico tem sempre um só significado, sempre o mesmo, imutável, e que repetimos o mesmo enunciado a cada vez que as circunstâncias são idênticas — duas idéias completamente falsas sobre a natureza da linguagem.

Quando trabalho o texto em aula, e associo a significação permanente com outra das propriedades que Mattoso atribui à linguagem, a da “divisibilidade na

representação”, fica claro que a significação permanente não é uma propriedade dos enunciados lingüísticos em si mesmos — o que seria uma questão de fala, de discurso —, mas sim das palavras, as unidades através das quais as línguas “embutem” uma certa representação da realidade, ou seja, “reconhecem”, conceituam e nomeiam certos aspectos recorrentes das situações da realidade tal como esta é interpretada pela língua.

Isso em primeiro lugar não implica que diante de uma mesma situação, das mesmas circunstâncias, tenhamos que dizer sempre a mesma coisa: se há algo que caracteriza a linguagem por oposição aos sistemas de comunicação dos animais é exatamente a independência do uso da fala com relação a “estímulos” exteriores; mas desenvolver isso agora nos afastaria do nosso tema de hoje.

Outra coisa que a significação lexical permanente não implica é que as palavras tenham um só significado, ou que esse significado seja fixo, imutável: implica apenas que, mesmo antes do uso efetivo, as palavras têm certo elenco de sentidos já convencionalizados, já compartilhados pelo corpo social, e que, mesmo quando, no discurso, as palavras adquirem outros sentidos, esses sentidos novos se criam a partir daqueles já convencionalizados.

Por exemplo, todos nós sabemos o quê é uma borracha, e costumamos chamar de borrachas a certos objetos que usamos para apagar coisas escritas com lápis ou lapiseira. Mas se uma pessoa me exprime uma mágoa de uma briga de muito tempo atrás, e eu lhe digo “*Vamos passar uma borracha nesse assunto*”, ela vai compreender perfeitamente o que eu disse, e não vai achar que é para passar esse tipo de objeto em nada: o novo sentido teria nascido da adaptação do sentido básico da palavra às circunstâncias daquela interação.

E aí tocamos nas três primeiras questões de que pretendo falar hoje: as do porquê e como esses novos significados se criam; e a de como é possível que os interlocutores entendam esses sentidos novos ainda não convencionalizados.

Uma outra questão que trabalho imensamente nos cursos de Lingüística 1 e 2 é a da relação entre as palavras das línguas que representam aspectos da realidade e a própria realidade do mundo.

Para tratar disso uso o Cap. 1 dos *Elementos de Lingüística Geral* de Martinet (1978), texto que critica a visão ingênua pela qual uma língua seria um repertório de palavras, cada uma correspondente a uma categoria de coisas já previamente existente no mundo. Num primeiro momento, para desenvolver isso, uso a metáfora da pizza: por essa visão ingênua, a realidade do mundo seria como uma pizza que já viria “cortada à francesa”, em várias categorias de coisas perfeitamente distintas entre si, e as línguas se limitariam a a dar nomes aos vários pedacinhos da pizza. Ao passo que, na visão de Martinet, são as línguas que “cortam a pizza”. E, ainda nesse primeiro momento, leio com as turmas um trechinho do filósofo Nietzsche (1978), em que ele, tratando da criação dos conceitos, diz como são arbitrárias as propriedades que a linguagem escolhe para caracterizar e distinguir as várias categorias de coisas.

Outra metáfora célebre sobre isso é a metáfora do corte da folha, de Saussure (1993), pela qual as línguas cortariam ao mesmo tempo as duas “massas amorfas” do pensamento e dos sons, que não teriam antes disso quaisquer divisões próprias, criando assim os signos lingüísticos formados de significante e significado (como, ao cortar uma folha, cortamos ao mesmo tempo os dois lados dela). Essa metáfora nem ao menos considera a necessidade de levar em conta a realidade na constituição dos significados lexicais: por ela, nada limitaria a liberdade das línguas a esse respeito.

Com relação a isso, eu sempre objeto que, para constituir os significados lexicais, embora a linguagem realmente não se limite a “decalcar” a realidade, é impossível desconsiderar totalmente a realidade do mundo, e sobretudo a realidade da experiência que as sociedades humanas têm dessa realidade. Proponho então, em substituição à metáfora da pizza, a metáfora da carcaça do boi, que também não vem

já naturalmente dividida em filé, alcatra, patinho, etc., e que pode ser dividida diferentemente por sociedades com tradição culinária diferente, mas cuja arquitetura óssea, lugar dos nervos, direção das fibras, etc., sugere fortemente alguns lugares de corte e torna outros praticamente impossíveis: povo nenhum, depois de separar o filé mignon, continua a dividir a carne em fatias horizontais, isso espatifaria a carne toda... Ou seja, são as línguas que realmente “cortam” a realidade em categorias, mas não de modo totalmente arbitrário: há “veios” na realidade — ou na experiência que os homens têm dela — que sugerem pelo menos alguns dos lugares em que o corte pode ou deve ser feito.

Chegamos então à última das questões de que quero tratar hoje: que tipo de veios são esses? E o que há, nos significados lexicais, que torna as palavras correspondentes particularmente adequadas para a expressão de dadas situações da realidade, permitindo, inclusive, que várias situações e coisas da realidade, que em si mesmas são sempre diferentes umas das outras, possam ser reconhecidas como instâncias das mesmas categorias?

Bom, passemos então às idéias da Linguística Cognitivista que oferecem sugestões de resposta para as questões que levantamos.

Repetindo, essas questões foram: as do porquê, e como, se criam vários sentidos para as palavras — ou seja, a questão da polissemia lexical; a de como novos sentidos, ainda não disseminados no corpo social, podem ser entendidos pelos falantes que os encontram pela primeira vez; e a dos “veios” da realidade, e/ou dos recursos da linguagem, que possibilitam uma adequação relativa da expressão da realidade pela linguagem.

A CONTRIBUIÇÃO DA LINGÜÍSTICA COGNITIVISTA

Diferentemente da teoria gerativa, a Linguística Cognitivista não acredita na autonomia da linguagem com relação à cognição geral; ao contrário, acredita que a

linguagem reflete o sistema conceitual, que a precederia.

Também acredita que a categorização humana não funciona segundo o que diz a *Teoria Clássica da Categorização*, que prega que todos os membros de uma categoria partilham um conj. de propriedades coletivamente necessárias e suficientes para garantir o pertencimento deles à categoria e a diferença da categoria em relação às outras. Em vez disso, para a Linguística Cognitivista a categorização humana resulta em categorias conhecidas pelo nome de *categorias radiais*, cujos membros têm diferentes graus de representatividade: os melhores exemplares, ditos membros prototípicos, apresentariam a maioria das propriedades características da categoria, mas outros membros poderiam apresentar poucas dessas propriedades.

O que faz com que esses membros “não conformes” também pertençam à categoria são os elos que os unem aos prototípicos, ou seja, a existência de encadeamento dentro da categoria: dos prototípicos se derivam outros, desses, outros ainda, e assim por diante, a categoria formando uma “rede de nós” diferentemente distantes uns dos outros, mas todos direta ou indiretamente ligados entre si. Esses elos que permitem a expansão das categorias a partir dos membros prototípicos seriam fornecidos por certos princípios cognitivos de motivação, baseados na experiência, na percepção e na ação motora, que explicariam em que os membros derivados são semelhantes ou relacionados de algum outro modo aos de que se originam: entre eles figuram a *metáfora* e a *metonímia*, e as *transformações de esquemas de imagens* (essa última é uma noção associada à de esquema de imagens, de que falarei depois).

Ligando tudo isso com as questões levantadas antes, para a Linguística Cognitivista a polissemia lexical existiria porque os significados da linguagem dependeriam de modelos cognitivos preexistentes, e haveria relacionamentos sistemáticos entre vários modelos cognitivos, e entre elementos do mesmo modelo: o uso de uma mesma palavra para diferentes conceitos resultaria do fato desses conceitos já

formarem uma categoria radial dentro do sistema conceitual. Por essa visão, a polissemia não resultaria de nenhuma propriedade realmente criativa da linguagem, apenas “revelaria” as relações existentes no sistema conceitual, evitando a sobrecarga para a memória que resultaria num léxico formado de mais palavras não relacionadas de algum modo entre si.

Essas seriam então as resposta para o porquê da existência de múltiplos sentidos para as palavras e para o como esses sentidos se criam: seriam criados por metáfora, metonímia, transformação de esquema de imagens, etc., a partir dos sentidos já anteriormente existentes. Também seriam esses princípios cognitivos que explicam por que os novos sentidos podem ser compreendidos por quem se depara com eles pela primeira vez: são princípios recorrentes no sistema conceitual e no léxico, baseados na experiência e na capacidade cognitiva humana para a percepção e a ação; eles garantiriam a “naturalidade cognitiva” das extensões de sentido.

Com relação finalmente à questão dos “veios” da realidade que deveriam ser observados na categorização conceitual e lingüística, para a Lingüística Cognitivista isso se explicaria porque os conceitos do sistema conceitual, e os significados lingüísticos que segundo essa teoria os refletiriam, seriam fundamentados em certas estruturas cognitivas básicas, chamadas de *estruturas pré-conceituais*, que decorreriam diretamente da natureza da percepção e da ação motora humanas. Ou seja, não seriam propriamente conceitos, “idéias”, mas sim estruturas usadas automática e inconscientemente como parte do funcionamento do nosso corpo no mundo: são estruturas pré- conceituais as imagens de nível básico e os esquemas de imagens, que passo a explicar.

As *imagens de nível básico* refletem nossas capacidades biológicas para a percepção gestáltica, a formação de imagens, e a interação motora com o ambiente. Dão para a primazia de um nível de categorias, ditas

categorias de nível básico, como por ex. a categoria das cadeiras, que ficariam “no meio” da hierarquia das categorias, entre as categorias mais gerais, como por ex. a dos móveis, e as mais específicas, como por ex. a das cadeiras Luís XV: as categorias de nível básico seriam as de nível mais alto cujos membros têm configurações globais similares que podem se manifestar numa imagem gestáltica única e que permitem a interação com eles por meio de esquemas motores semelhantes.

Já *esquemas de imagens* são estruturas relativamente abstratas formadas a partir da vivência cinestésica corporal. São diretamente significativos, porque experienciados direta e repetidamente dada a natureza do nosso corpo e do seu modo de funcionamento no ambiente. São exemplos de esquemas de imagens as seguintes estruturas: *container*; origem/caminho/meta; ligação entre elos; as oposições cima/baixo, frente/verso, parte/todo, centro/periferia, etc.; e outras.

Quanto ao conceito de *transformações de esquemas de imagens*, que, como já vimos, seria um dos princípios cognitivos gerais que podem ligar entre si vários membros de uma categoria radial, ele diz respeito a certas equivalências estabelecidas no sistema conceitual entre esquemas de imagens diferentes, mas associados entre si, pelo fato de que freqüentemente, na nossa experiência perceptual e cinestésica, um desses esquemas é apreendido concomitantemente ao outro, ou nele se transforma ou dele se origina. Daí os conceitos relacionados a eles integrarem uma única categoria cognitiva, e corresponderem a diversas acepções de uma mesma palavra polissêmica.

Voltando então à questão dos “veios” da realidade que deveriam ser observados na categorização conceitual e lingüística, para a Lingüística Cognitivista isso se explicaria porque as diferentes instâncias de uma mesma categoria poderiam ser agrupadas pela presença, em todas elas, não de propriedades necessárias e suficientes, mas sim de uma dessas estruturas pré-conceptuais, ou de várias, mas relacionadas

entre si.

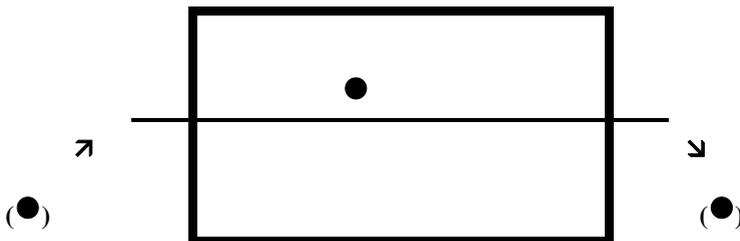
Por exemplo, normalmente não temos um interesse muito grande por insetos, e damos o mesmo nome para várias espécies de insetos cuja forma seja mais ou menos parecida entre si (parece que há milhares de espécies diferentes de besouros, mas o comum dos mortais, que não seja zoólogo, dá aos membros de todas elas o nome de *besouro*); no entanto, apesar de sabermos que borboletas e lagartas são fases diferentes da vida dos mesmos insetos (também de muitas espécies diferentes), temos dois nomes diferentes para essas diversas fases da vida: é que nesse caso os insetos em pauta têm uma imagem de nível básico muito diferente entre si... Também podemos imaginar que um povo que não conheça bem cavalos nem zebras pense que as zebras são um tipo de cavalo, listrado, em vez de branco ou preto; mas povo nenhum englobaria na mesma categoria um cavalo, um passarinho e uma cobra... O mundo tem “veios” acessíveis aos nossos órgãos dos sentidos, que têm que ser levados em conta em nossa categorização conceitual.

MINHA ANÁLISE DO VERBO PASSAR

Minha análise do verbo *passar* confirma as idéias da Linguística Cognitivista sobre os vários sentidos das palavras formarem uma categoria radial e sobre o núcleo dos significados lexicais ser formado por estruturas pré-conceituais: encontrei 128 acepções para o verbo, divididas em várias classes, e as acepções de cada classe são todas derivadas da mais básica da classe; tais “acepções nucleares” também são relacionadas entre si e estão todas ligadas ao sentido central do verbo *passar*: a idéia de uma figura em movimento por um caminho que corta uma dada “cena” de algum modo visualizada no discurso.

Esse sentido central consiste sobretudo num esquema de imagens, sobre o qual se sobrepõem certos traços de sentido derivados de uma imagem de nível básico (e também certos valores temporais e aspectuais).

O esquema de imagens subjacente ao sentido central de *passaré* o seguinte:



O retângulo central representa a cena visualizada; a linha que corta a cena é o caminho, que se imagina que tenha começado antes da cena e se prevê que continuará a partir dela; as setas (que não fazem parte do esquema, mas são um tipo de “legenda”) mostram a direção em que a figura se move; o ponto dentro do retângulo representa a figura em movimento, e os outros pontos, os lugares por que ela já terá passado ou vai passar; esses outros pontos estão dentro de parênteses por que se trata de momentos virtuais, imaginados, e não do momento focalizado pela acepção.

Sobre esse esquema de imagens, algumas acepções sobrepõem idéias derivadas de qual seria a natureza da figura, ou da direção do seu “olhar”, da localização de coisas “atrás das suas costas”, e mesmo do seu “propósito” de chegar ao destino, ou seja, traços de uma imagem mais rica, mais próxima de uma imagem de nível básico, os quais em geral decorrem da projeção, sobre a figura que se move, do esquema corporal, da orientação espacial, e até das intenções, típicos do movimento direcionado de seres animados que andam.

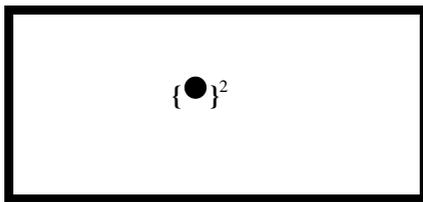
O esquema de imagens subjacente às acepções do **Grupo A** é o mesmo que subjaz ao sentido central do verbo. Ele focaliza o movimento de uma figura por uma cena apresentada no discurso, sem centrar a atenção em nenhum ponto dessa cena, nem no caminho que a figura segue, sua

origem numa dada direção, ou o seu encaminhar-se para uma outra. É um tipo de apresentação da cena que se presta mais para usos descritivos, no qual o “ponto de vista” discursivo está fora da cena, de frente para ela, vendo-a como se projetada numa tela. São exemplos de acepções do **Grupo A** as seguintes frases: “*Os homens que passavam pelas cidades e pelos campos*”; “*O rio passa, murmurante*”; e “*No rosto sempre tão sereno passou a sombra de uma saudade*”.

Quanto aos significados “nucleares” das outras classes de acepções, eles não são todos instâncias do mesmo esquema de imagens, mas resultam de certas “mutações” cognitivamente explicáveis dele, seja por meio de transformações de esquemas de imagens, seja por meio de outros tipos de mutações, algumas das quais não vi serem tematizadas pela Linguística Cognitivista.

Vejamos o **Grupo B**, constituído pelas acepções em que ocorre a inflexão da idéia de movimento por um lugar na de simples estada no lugar, como nas frases “*Nunca passei na Bahia*”, e “*O trem já passou*”.

Eis o esquema subjacente ao significado desse grupo:



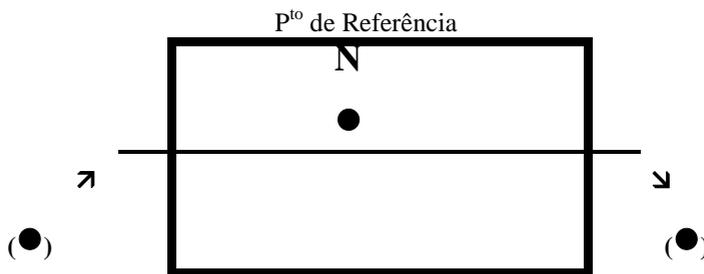
Mais do que de uma transformação de esquema de imagens a partir do esquema subjacente ao sentido central, o significado típico das acepções do grupo deriva de implicações cognitivas baseadas no movimento no espaço, que é capaz de fazer surgirem certos valores temporais e aspectuais. Exemplificando, se uma figura passou por um

² As chaves significam a opcionalidade da presença ou ausência da figura na cena.

local, então esteve lá; assim a intenção discursiva mais provável para dizer a frase *Maria passou pela casa de Pedro hoje* não é a de informar sobre o trânsito de Maria por perto da casa de Pedro, mas sim sobre o fato dela ter estado lá; é assim uma instância da acepção **B.1.1**, ESTAR ALGUM TEMPO EM (ALGUM LUGAR). Igualmente, se algo já passou por um local no momento em que se fala, então não está mais nele, e provavelmente também não virá de novo; assim a intenção mais provável para dizer a frase *O trem já passou* não é a de falar sobre a passagem do trem, mas sim a de informar ao ouvinte que ele perdeu o trem; é assim uma instância da acepção **B.1.2**, JÁ NÃO ESTAR MAIS EM (ALGUM LUGAR ONDE SE É ESPERADO OU BUSCADO).

O **Grupo C** é formado por acepções que focalizam um ponto de referência específico no trajeto da figura; como ele é subdividido em quatro subgrupos, darei exemplos quando falar de cada subgrupo.

Eis o esquema de imagens subjacente ao significado típico do **Grupo C**:



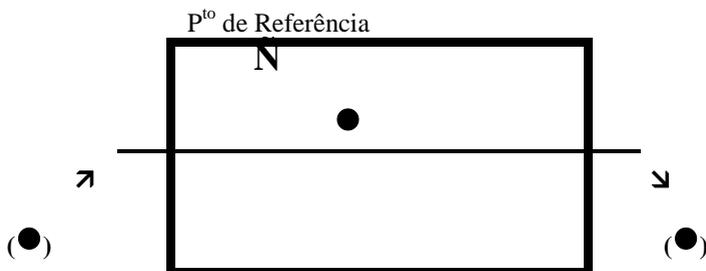
Com relação ao **Grupo C** fica claro o papel que a perspectiva e o foco com que uma situação é apresentada no discurso têm na diferenciação de sentidos que causa a origem de acepções lexicais. Esse esquema é uma pequena elaboração do proposto para o verbo como um todo, acrescentando a ele o foco num ponto específico da cena; mas o sentido próprio das acepções desse grupo não decorre só desse foco, mas também da mudança da perspectiva do ponto

de vista discursivo, que agora descreve a cena de um ponto de vista mais “interno”, mais identificado com a posição e a orientação da figura que se move, e até com os propósitos dela. É sobretudo a perspectiva do ponto de vista discursivo que diferencia os sentidos típicos dos subgrupos do **Grupo C**, cujos esquemas de imagem subjacentes são apresentados quando cada um deles é mencionado.

O significado do **Subgrupo C.a**³, exemplificado pelas frases “*No caminho para a faculdade, passei diante da casa dele*” e “*O meridiano que passa pelo Rio de Janeiro*”, focaliza só o tangenciamento do ponto em foco na cena. É o sentido mais próximo do próprio ao **Grupo A**, com um ponto de vista discursivo ainda meio externo, mais “neutro”, embora com um foco mais restrito; o esquema de imagens subjacente é o mesmo do grupo como um todo.

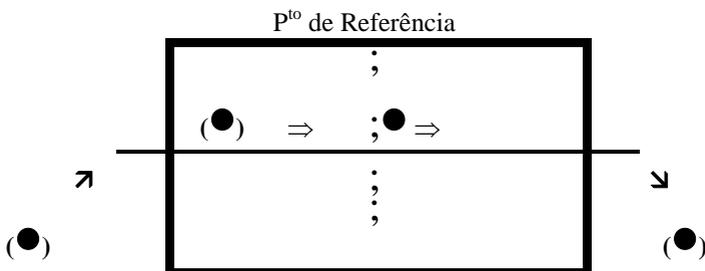
Mas a identificação do ponto de vista discursivo com a posição e a orientação da figura em movimento, ou com os propósitos dela, cresce nas acepções dos Subgrupos **C.b** e **C.c.**, cujos esquemas de imagens correspondentes são mostrados a seguir.

Subgrupo C.b



Subgrupo C.c

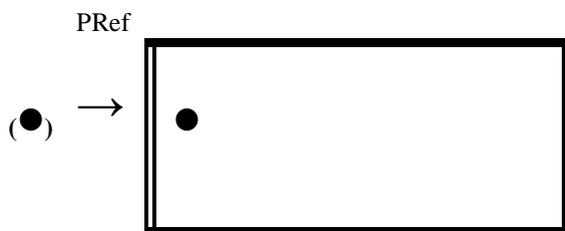
³ Não apresentamos um esquema de imagens para o Subgrupo C.a dado que esse esquema seria igual ao subjacente ao Grupo C como um todo.



O significado do **Subgrupo C.b**, exemplificado nas frases “*Mas, ouça, não me passem para além do alto do Pombo*”, “*A bala passou o alvo*” e “*Nossas relações nunca passaram de amizade*”, é caracterizado pela ênfase na ultrapassagem do ponto de referência, que marca o quanto do caminho já foi percorrido, ou o quanto ainda falta para chegar (donde a ligação com os propósitos da figura). O do **Subgrupo C.c**, exemplificado nas frases “*Muitos francos passaram os Pirineus*”, “*A boiada passou bem o rio*”, “*Este vinho não é bom, mas passa*”, “*O candidato não passou*”, e “*O projeto de lei passou no Congresso*”, dá ênfase à transposição do ponto de referência, que nesse subgrupo é visto como um “obstáculo” para o movimento o da figura; isso fica muito claro, sobretudo nas acepções metafóricas do subgrupo, em geral associadas às idéias de dificuldade ou sucesso nessa transposição. Por exemplo: aluno passar de ano, proposta passar no Congresso, *Este vinho não é bom, mas passa*: passa pelo meu “filtro” seletivo.

Já o que interessa para o sentido típico das acepções do **Subgrupo C.d**, exemplificado pelas frases “*As bruxas passam pelas fechaduras*” e “*Um dia passarás a ser meu amigo*”, é que a ultrapassagem do ponto de referência pela figura provoca a entrada dela na cena visualizada; é esse tipo de sentido que explica o uso de *passar* como o verbo que marca o aspecto inceptivo, ou seja, o que caracteriza o início de alguma coisa: passar a fazer algo (que não se fazia antes).

Eis o esquema de imagens correspondente:



Quanto à derivação do sentido típico do **Grupo D**, caracterizado pela ênfase na mudança da figura de um lugar para outro e exemplificado pelas frases “*Tomaram em silêncio o café; depois passaram à sala*”, “*As dores da superiora passaram para a enfermeira*” e “*Passou de padre para negociante*”, ela mostra a ação de um outro modo de relação entre esquemas de imagens, que a Profa. Margarida Salomão chama de extração antimetonímica, porque nele, em vez da parte valer pelo todo, é o todo que vale pela parte: com efeito, esse sentido deriva de um recorte do esquema de imagens básico, retirando as partes relativas ao caminho da figura e à presença dela na cena, retendo do esquema de imagens original apenas a idéia relativa à mudança de lugar da figura.

Eis o esquema de imagens correspondente:



Até aqui, falei sobretudo da “ancoragem” do sentido de *passar* em esquemas de imagens, que são estruturas cognitivas muito simples e gerais, que até podem ser vistas como parte do patrimônio genético da humanidade. Mas, além desses fatores de ordem cognitiva, minha análise do verbo também mostrou a existência do que eu chamo de

trabalho de elaboração da linguagem, com o qual a linguagem completa essas estruturas simples com vários traços de sentido adicionais — e não só com traços decorrentes de imagens de nível básico, que ainda dependem das capacidades mentais dos falantes (mas já também da experiência de mundo deles...), mas também com traços de sentido relacionados a atividades bem específicas do cotidiano.

Nesse trabalho de elaboração, a linguagem reconhece a presença, nessas atividades, dos esquemas de imagens subjacentes ao significado de certos verbos, e especializa algumas acepções dos verbos para representar tais atividades, fazendo com que essas acepções incorporem vários conhecimentos sobre o que acontece nas situações representadas. Assim é que *passar* veio a significar, por ex.: alisar roupa com ferro quente: *passar roupa*; preparar café: *Vou passar um café* (porque o café passa de cima para baixo do coador...); receitar algo: *O médico passou muito remédio*; contagiar: *passar gripe*; um aluno ser aprovado: *passar de ano* (transposição de um obstáculo ao caminho para o ano seguinte...); traduzir: *passar do Inglês para o Português*; e várias outras situações, como as de emitir fax, assinar cheque, verificar contas, decorar textos, fazer decalques, espalhar pomada, etc.

O mais interessante nisso é que, à medida que o verbo é aplicado a novas situações, seu significado vai adquirindo nuances de sentido adequadas a essas situações. Isso se nota especialmente quando o verbo passa a um novo domínio semântico, como o domínio da posse, ou sobretudo o domínio do tempo, mas tratar só disso daria uma outra palestra inteira.

Um exemplo disso pode ser visto através da comparação de duas acepções de sentido muito próximo. Por um lado, a acepção **A.b.3.1**: Fazer um esforço cuidadoso e repetitivo de memorização de (um dado conteúdo, geralmente contido num texto escrito) até dominá-lo inteiramente e de cor, como quem passa e repassa pelo mesmo caminho até tê-lo esquadrihado todo e guardá-lo na memória - ex(s): “O

discípulo passou a lição de Física” ; e, por outro lado, a acepção **A.b.3.2:** Praticar cuidadosa e repetidamente uma atividade de modo a poder examinar detalhadamente e conferir seus resultados, como quem passa e repassa pelo mesmo caminho até tê-lo esquadrinhado todo e conhecê-lo em detalhe, assim podendo dizer o que está ou não está lá, ou se algo mudou ou está faltando - ex(s): “*Passou várias vezes a conta, mas não conseguiu encontrar o erro*”.

Observe-se que essas duas acepções são na verdade derivadas metaforicamente do mesmo sentido de base, o de que, por ter percorrido um caminho várias vezes, alguém passa por isso a conhecê-lo bem. Nem se pode dizer que o sentido metafórico seja em si mesmo diferente nelas, há pelo menos uma interseção entre essas duas acepções, a idéia de que a repetição de uma prática leva ao domínio do que foi repetido. O que causa a divisão em duas acepções diferentes desse sentido, já metaforicamente derivado a partir do de repetição de um percurso, é sua aplicação a duas diferentes situações: a em que se faz várias vezes “o percurso” de um texto para decorá-lo, ou a em que “o caminho” percorrido é uma conta a ser conferida; é isso que leva à especialização desse sentido de base, através do acréscimo de conteúdos que decorrem do que acontece tipicamente nessas situações, ou seja, os motivos diferentes pelos quais “passamos” um texto (para decorar) ou uma conta (para conferir). E se a mesma metáfora básica for aplicada a outros tipos de situações ainda, é provável que isso faça surgir novas especializações de sentido, já potencialmente disponíveis para qualquer falante que conheça a possibilidade de *passar* usado com esse tipo de usos.

O trabalho de elaboração da experiência pela linguagem é um processo realmente criativo, que permite a extensão do uso das palavras para cada vez mais situações. Ele é que explica como podemos estender o conhecimento lexical produtivamente, *on line*, quando, defrontados com uma situação para a qual não existe um modo de denotação já consolidado, especializamos para exprimi-la um efeito de sentido já manifestado por uma palavra em algumas de suas

acepções, simultaneamente adaptando tal sentido para adequá-lo à nova situação. Eu mesma precisei de uma extensão dessas quando, na realização de minha tese, tive de descrever uma acepção que não conhecia antes, registrada num dicionário português como específica de Taurimaquia, e nele descrita como *Dar passes de capa ou de muleta*.

Ora, *passar* possui várias acepções causativas, as acepções **A.a.2.2**, **A.a.2.3** e **A.a.2.4**, exemplificadas respectivamente pelas frases “*Passar a navalha na pedra*”, “*Passar pomada no braço*” e “*O suicida passou uma corda no pescoço*”, em que um agente humano faz com que um objeto se desloque, e possa ser assim interpretado como uma figura em movimento. Essas acepções se distinguem entre si pela natureza da figura que se desloca, pelo tipo e a modalidade de movimento de que se trata, pela natureza do suporte sobre o qual o movimento do objeto ocorre, e pelos os efeitos do movimento do objeto nesse suporte: tanto na acepção **A.a.2.2** quanto na **A.a.2.3**, esse suporte é uma superfície, mas, ao passo que na **A.a.2.2** os efeitos da passagem do objeto pela superfície são tipicamente irrelevantes, faz parte do sentido da acepção **A.a.2.3** que a superfície fique coberta pelo objeto, que não é um objeto individuado, mas sim uma substância; já na acepção **A.a.2.4** o suporte do movimento é um corpo sólido, que deve ficar pelo menos parcialmente envolto pela figura em movimento, a qual deve ter textura e forma apropriadas para tal efeito.

Pareceu-me claro que a acepção de taurimaquia a ser descrita pertenceria ao mesmo grupo dessas outras, sendo especialmente próxima da última delas, mas com os seus próprios fatores diferenciadores. Ela sugere uma modalidade de movimento que não se enquadra perfeitamente em nenhuma dessas anteriores, modalidade essa estreitamente dependente de como podemos imaginar que uma capa ou uma muleta possa ser usada para dar passes em se tratando de uma luta de touros: não deve ser fluído por conta própria, como a água de rios; nem deslizando continuamente sobre algo, como um pente nos cabelos; nem sendo espalhadas sobre uma superfície, como manteiga no pão; nem enrolando um volume

e sobre ele ficando, como papel de embrulho; mas sim provavelmente sendo movidas em volta de um volume — no caso, seguramente um touro — sem sobre ele permanecer, devendo ainda ser dito que tanto o touro quanto o agente que passa a capa ou muleta devem achar-se em movimento coordenado, de um modo bem específico...

O que me parece interessante na minha interpretação dessa acepção é que pude construí-la facilmente a partir do meu conhecimento lexical sobre as outras acepções de *passar* e do meu conhecimento extralingüístico sobre touradas. O exemplo mostra a impossibilidade de separar esses dois tipos de conhecimentos, porque conhecer as acepções de uma palavra é exatamente saber que tipos de situações ela pode representar, e que nuances de sentido ganha em cada uma delas. Ele também mostra que a extensão produtiva do significado lexical depende precisamente da integração desses dois tipos de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que minha análise de *passar* confirma algumas idéias da Lingüística Cognitivista: a dos significados lexicais como categorias de sentidos relacionados entre si numa categoria radial; a do fundamento do significado lexical em estruturas pré-conceituais.

Mas, na verdade, discordo bastante da interpretação que a Lingüística Cognitivista dá para a existência da polissemia, e considero muito problemática a idéia de que a linguagem apenas reflita um sistema conceitual que a precederia. No meu entender, a principal coisa que minha análise de *passar* revela é a existência do que chamei de trabalho de elaboração da linguagem, do qual o processo de extensão de sentidos é uma manifestação, e as acepções lexicais são produto. Trabalho de elaboração que, embora realmente se fundamente em estruturas pré-conceituais, não se explica só por fatores de ordem conceitual, nem, sobretudo, se resume a um mero relacionamento entre conceitos

previamente existentes. Trata-se de um processo histórico de construção de significações que ocorre paulatinamente no intercurso social dentro de uma sociedade e de uma língua dadas, o qual, ao invés de refletir um sistema conceitual prévio, cria na verdade o sistema conceitual, sempre ultrapassando o já conceituado e criando novos conceitos.

Nesse processo, além da influência de fatores cognitivos, é essencial a das necessidades discursivas ligadas ao uso das palavras nas circunstâncias reais de comunicação, que devem ser vistas de modo amplo, incluindo não só as condições pragmáticas em que a interlocução ocorre, mas também: os costumes instituídos na sociedade (pensem nas acepções culinárias de *passar*); a evolução da língua, e da cultura que ela porta; e, sobretudo, o efeito acumulado dos usos lingüísticos já ocorridos, a força da *convenção* na consolidação das significações.

Resta falar sobre o que tudo isso parece revelar sobre o caráter necessário e sistemático das extensões de sentido.

Essa sistematicidade, a meu ver, manifesta o fato de que algo de infinito realmente está em jogo nos fenômenos de significação. O “significável”, além de inefável e flutuante por natureza, seria também inerentemente infinito, como reflexo do caráter efetivamente infinito da experiência humana, e isso sob ao menos duas formas: não só porque a experiência não é completamente redutível a um conjunto definido de dimensões, pode sempre apresentar aspectos novos; como também porque ela é continuamente variável.

Daí a linguagem ser simultaneamente menos e mais “infinita” (com perdão do absurdo matemático de quantificar o infinito) do que pressupõem as concepções formalistas que propõem metalinguagens combinatórias inatas para representar os significados lingüísticos: menos infinita, porque inerentemente incompleta, “não pronta”, desprovida dos recursos tão poderosos, previamente capazes de dar conta de todas as significações possíveis, que essas concepções lhe atribuem; e mais infinita porque, em compensação, embora não contenha num dado momento esse potencial semântico

total, seria ao menos também inerentemente “estendível”, capaz de sempre expandir-se a partir dos meios já disponíveis para dar conta dos aspectos novos da experiência.

É preciso não esquecer a natureza precária da relação da linguagem com a realidade, que a linguagem é chamada a expressar, mas da qual é separada por um abismo constitutivo, intransponível. É aqui que entra o papel central que essas concepções conferem à chamada “*função poética*” da linguagem. A função poética, manifestada sobretudo na tendência à motivação, seria a força a serviço do trabalho de elaboração que permite que a linguagem dê nascimento a novas significações; seria a base da própria função de representação da linguagem. A tendência à motivação seria o recurso por excelência que a linguagem tem, enquanto dispositivo de expressão, para franquear as barreiras que separam seu universo próprio, que é de natureza apenas significativa, da realidade, que deve ser expressa por seu intermédio, mas que lhe é inerentemente externa e não totalmente captável. Seria o modo de preencher a distância que há entre o já dizível com os meios existentes, e a experiência, sempre nova a cada vez; o expediente de que a linguagem lança mão para sugerir, para “mimetizar”, o que não consegue nunca apreender unívoca e definitivamente. É a tendência à motivação que abre a porta para a linguagem poder, *malgré tout* captar alguns aspectos da realidade e da experiência que a ultrapassam, construindo significações capazes de dar expressão à vivência dos falantes.

BIBLIOGRAFIA

CÂMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*, 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*, 8ª ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

NIETZSCHE, F. “Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral”. In: G. LEBRUN (Org.) *Nietzche - Obras incompletas* (Os Pensadores), S. Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*, 17ª ed. São Paulo, Cultrix, 1993.

VASCONCELLOS, Z. *O Processo da expansão de sentido e a questão da (ir)representabilidade semântica*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Tese de Doutorado, 1995.